

Gov. e 'oposição' fecham acordo, votam orçamento e ignoram servidores



'Acordo': deputados e senadores votaram o orçamento com plenário quase vazio e quebra de regimento

*** Acordo envolvendo lideranças do governo (PT/PMDB) e da oposição (PSDB/DEM) permitiu votação do orçamento de 2015 no Congresso;**

*** Votação confirma exclusão dos projetos salariais dos servidores da Lei Orçamentária, que só contempla subsídio da cúpula dos 3 poderes; "Foi um gesto de amor ao país", disse deputado tucano;**

*** Orçamento aprovado destina 1,3 trilhão, 47% das receitas da União, para pagar juros e amortizações das dívidas públicas aos bancos**

*** Sindicato e Federação chamam servidores a reagir e dar a resposta com mobilização e participação na campanha salarial de 2015.**

Samuel Tosta



Ato nacional da campanha salarial no Rio

'A LUTA CONTINUA, DILMA A CULPA É SUA'

Veja as próximas atividades da campanha salarial conjunta dos servidores federais

20 de março

sexta: ato na av. Paulista – em frente ao Fórum Pedro Lessa

7 a 9 de abril

jornada de mobilizações com marcha a Brasília

10 de abril

reunião da Fenajufe, com representantes dos sindicatos

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Artigos debatem crise política e alternativas

O *Jornal do Judiciário* retoma, nesta edição, a seção *Ideias*, aberta a participação dos servidores, um espaço para a livre expressão de opinião, com um formato especial: três artigos que expressam diferentes visões sobre a situação política atual do país e as recentes manifestações referentes ao governo Dilma. A divulgação destas posições

foi definida na assembleia geral do dia 7 de março. Os textos, que refletem as opiniões de seus autores, foram inicialmente publicados no site do sindicato e, agora, ganham a forma de papel com pequenas adaptações, embora não reflitam ainda o que ocorreu na sexta e no domingo. Contribuem, contudo, para o debate, razão principal do *Ideias*.

Basta de corte de direitos, corrupção e mentiras! Chega de PT e PSDB!

Ana Luiza de F. Gomes, Angélica Olivieri, Cleber Borges de Aguiar, Inês L. Castro e Raquel Morel Gonzaga

Os trabalhadores(as) estão indignados com a corrupção, o tarifaço, as demissões e o arrocho salarial impostos pelo governo Dilma/PT. Sem paciência e com toda a razão, nossa classe está indo à luta contra os governos. Não podemos nos iludir com o impeachment da direita.

Apesar de toda essa indignação, achamos que os trabalhadores não deveriam participar das manifestações do dia 15. Elas se apoiam nesse sentimento justo de revolta da população, mas são patrocinados por setores que defendem uma alternativa reacionária para o povo, como o PSDB, o DEM e o PPS. Essa política pode ter como consequência que o poder passe às mãos do vice, Michel Temer, ou do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ambos do PMDB e envolvidos no escândalo de corrupção da Operação Lava Jato.

Nem cair no lamentável papel de "blindagem" do governo Dilma. A CUT, MST, UNE, CTB, Consulta Popular e outras organizações pró-governo realizaram manifestações no dia 13 de março, defendendo a reforma política. Essas organizações têm se reunido com setores do Psol e MTST numa

tentativa de construção do que chamam de uma frente de esquerda. Essas organizações estão acobertando os ataques de Dilma, como se fossem de responsabilidade da direita, de dentro e de fora do governo.

Esta política está errada, pois desarma a nossa classe e impede a unidade no momento em que mais precisamos estar unidos pra defender nossos direitos. Por isso, também, não participamos do dia 13, não é possível defender o governo do PT que patrocina, com sua política de ajuste fiscal, um dos maiores ataques à nossa classe com a esfarrapada desculpa de que "a direita vem aí".

Construir uma alternativa de luta e de classe que derrote o governo e garanta nossos direitos! Para sermos vitoriosos, precisamos unificar todas as lutas rumo a uma greve geral que tenha força pra derrotar a política econômica do governo Dilma, deste congresso corrupto e da falsa oposição da direita e do PSDB.

Ana Luiza de F. Gomes, Angélica Olivieri, Cleber Borges de Aguiar, Inês L. Castro e Raquel Morel Gonzaga são servidores do Judiciário Federal de SP e integrantes, com exceção da Ana, da diretoria do Sintrajud.

O texto expressa a opinião dos autores.

Cruzar os braços faria de mim um cúmplice

Romeu Meirelles

O PT venceu acusando Aécio de ajuste fiscal e Marina de entregar a economia a banqueiros. Fez crer que continuaria as políticas sociais e redução de juros. Nunca mais haveria apagões pela sua eficiência administrativa. Como servidor público há anos sem reposição inflacionária, eu não esperava nada deles. Mas muita gente caiu no engodo.

O último ato de Dilma foi aumentar o salário dos poderosos, entre eles, o dela própria. Dias depois, o primeiro ato do seu novo governo foi cortar direitos trabalhistas dos mais pobres. Colocou um banqueiro na economia, cortou gastos sociais e subiu os juros. A energia e a água dispararam.

O País assombrou-se com o rombo na Petrobrás, fruto do roubo bilionário, mas também do endividamento excessivo causado pelo desastrado modelo de partilha. A gasolina disparou. Apareceu outro rombo bilionário, dessa vez no FAT. O dinheiro que financiaria o seguro-desemprego foi desviado para os "campeões nacionais" do BNDES, e virou pó nas mãos de Eike Batista e assemelhados.

Primeiro desperdiça bilhões em finan-

ciamentos de empreiteiras no exterior e em estádios de futebol, e agora corta direitos trabalhistas e exige elevados sacrifícios da população para pagamento da dívida pública. O que provocaria tanta mudança? Simples: Acabou a eleição.

A realidade chegou e o PT mostrou-se de direita, e, em vez de promover o debate franco e esclarecedor, impôs pelo medo, mentira e dissimulação, não seu projeto político, porque não tem, mas seu projeto de poder. Não acredito em reforma política encabeçada por quem mentiu tanto. Quero que o governo seja proibido de gastar mal, de favorecer quem quer que seja, de financiar campanhas ilegalmente, que pare de mentir.

Decidi ir ao protesto dia 15 porque cansei desse jeito de fazer política. Chega de PTxPSDB, de desenvolvimentismo corrupto, de migalhas aos pobres e milhares aos ricos. Chega de pronunciamento com fundo musical. Não posso cruzar os braços, pois isso faria de mim um cúmplice. O dia 15 não foi da direita. É do que é direito.

Romeu Meirelles

é diretor do Sintrajud e servidor da JT/Barueri.

O texto expressa a opinião do autor.

Está em jogo a defesa da continuidade do processo democrático

Marcelo Penna Kagaya

O ato realizado no dia 13 de março (sexta-feira) por setores progressistas da sociedade carrega, dentre outras, a bandeira da reforma do sistema político e aparece, no momento, como único contraponto ao ato do dia 15 de março (domingo), orquestrado pela direita neoliberal, apoiado por setores reacionários e difundido pela grande mídia. O tema da corrupção, na ordem do dia, tem provocado profunda indignação em diversos segmentos da população. Nesse contexto, a direita, organizada em sites da internet, tem aproveitado o clima de insatisfação para promover o "impeachment" da presidente eleita democraticamente, Dilma Rousseff, como solução para a crise política instalada.

Que seja dito: a corrupção é um elemento estruturante do atual sistema político; e não será suprimida por discursos de moralização. Somente com a reforma do sistema político, com ampla participação popular, seremos capazes de romper com subordinação dos agentes políticos ao poder econômico, base da corrupção.

Para tanto, em 2014, foi realizado o Plebiscito Popular por uma Constituinte

Exclusiva e Soberana do Sistema Político, recolhendo quase 8 milhões de votos. Aos tantos indignados da nação, passíveis de serem arrebanhados pelo mote de "impeachment", deveríamos procurar convencê-los: "para acabar com a corrupção, Constituinte é a solução"! Tal bandeira foi novamente hasteada em 13 de março. Não podemos, neste momento, tergiversar: o ato do dia 15 de março representa uma ameaça à nossa democracia! Nosso sindicato não pode abster-se disso (é um erro político descaracterizar o dia 13 de março como mero "ato em defesa do governo"; o que está em jogo é a defesa da continuidade do processo democrático!); sobretudo, quando tem, por dever, atuar na "manutenção e defesa das instituições democráticas", conforme princípio constante em nosso estatuto.

Portanto, vamos às ruas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da Petrobrás, da democracia e da reforma política! E digamos, em alto e bom som, "não" ao que representa o ato do dia 15 de março!

Marcelo Penna Kagaya

é servidor da Justiça do Trabalho em São Paulo.

O texto expressa as opiniões do autor.

Acordo entre governo e 'oposição' aprova orçamento que exclui servidores

Votação só foi possível após acordo entre lideranças do governo (PT e PMDB) e da oposição (PSDB e DEM); Servidores do Judiciário e MPU pressionam até o final

Por Hércio Duarte Filho

A previsão orçamentária da União para 2015 não teria sido aprovada na terça-feira (17) sem o acordo firmado entre o governo, por meio das lideranças do PT e PMDB, e a oposição liderada pelo PSDB e o DEM. O orçamento votado assegura recursos para o aumento nos subsídios da cúpula dos três poderes, mas não prevê nada para os projetos salariais dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

O orçamento, que já deveria ter sido apreciado em dezembro passado, foi aprovado dois dias após as grandes manifestações de domingo (15), protestos que o PSDB, além de setores mais à direita, tentou capitalizar para se projetar como forte oposição ao governo e ao PT. Ao final da votação do orçamento, porém, parlamentares da situação e da oposição

saudaram-se mutuamente pelo feito (ver texto nesta página).

Aprovado por volta das 23h15 da terça, com um plenário com poucos parlamentares, o texto prevê, por outro lado, a destinação de cerca de 47% da receita líquida da União para pagamento de juros e amortizações das dívidas públicas ao setor financeiro – a cifra para isso chega a R\$ 1,356 trilhões. A imensa maioria destes recursos deve parar nas mãos de banqueiros e grande especuladores dos títulos das dívidas – agora mais valorizados devido às altas taxas de juros.

As versões atuais dos projetos salariais (PL 7919 e PL 7920) são de 2014, mas na prática eles já tramitam na Câmara com outras numerações há cinco anos. Ao longo da votação, pressionados por dezenas de servidores que ocupavam as galerias, alguns deputados questionaram o relator-geral do orçamento, senador Romero Jucá (RR-PMDB), sobre a inclusão dos recursos originalmente



17.03.15 - Deputados e senadores aprovam receita orçamentária da União

previstos pelo Poder Judiciário e pela Procuradoria-Geral da República.

Jucá respondeu que isso só seria possível se os projetos já tivessem sido aprovados – numa inversão do argumento que ao longo dos últimos

anos era utilizado pela base parlamentarista para justificar não votá-los na Comissão de Finanças e Tributação: o de que só poderiam ser aprovados se houvesse previsão orçamentária para eles.

Articulação que excluiu categoria envolveu os três poderes, diz servidor

A sessão do Congresso que votou o orçamento para 2015 foi acompanhada até o fim, perto das 23h30, por algumas dezenas de servidores. Cumpria-se a promessa, então, de batalhar até o último minuto pela inclusão de recursos para o reajuste salarial no relatório final – numa continuidade de um trabalho desenvolvido desde o segundo semestre do ano passado.

Os trabalhadores criticaram a opção dos parlamentares de reproduzir no Congresso a política de arrocho salarial aplicada pelo governo da presidente Dilma Rousseff (PT). "Confirmou-se infelizmente

o desfecho que já era esperado, em continuação à votação dos reajustes só para as cúpulas no apagar das luzes de 2014", disse Tarcísio Ferreira, servidor da Justiça do Trabalho na Barra Funda e da coordenação da federação nacional (Fenajufe). "Acompanhamos até o último instante, mas sabendo que não houve nenhuma alteração no arranjo existente entre governo, Congresso, e cúpulas do Pju e MPU", observou. "Fica evidente que as 'distâncias e diferenças' entre governo, Congresso e cúpula do Judiciário estão apenas no nível da superfície, estando todos a serviço basicamente dos

mesmos interesses", criticou.

O dirigente da federação ressaltou que independentemente do calendário do orçamento, somente a pressão dos trabalhadores pode impor seus interesses sobre aqueles "defendidos articuladamente pelos três poderes". O servidor Antonio Melquíades, o Melqui, dirigente do sindicato da categoria em São Paulo (Sintrajud), disse ter sido "lamentável" o que ocorreu naquela noite no parlamento.

Ele conseguiu acesso ao plenário e ainda cobrou, já no processo de apreciação da matéria, recursos para os reajustes das lideranças

partidárias. "O Romero disse que tinha vontade de ajudar, mas tinha ordens do Planalto de não fazer absolutamente nada. Disse que só tinha um jeito de colocar recursos ali: o [presidente do Supremo, Ricardo] Lewandowski ter conseguido um acordo com a Dilma", disse.

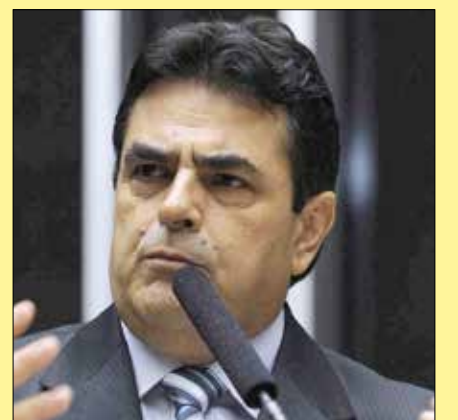
Para Melqui, confirma-se, assim, a política do governo de não conceder nada esse ano. E o único modo de reverter isso, afirmou, é uma grande e real mobilização da categoria. "É hora demonstrar para o governo e para o Judiciário que a nossa luta vai começar para valer", finalizou. (HDF)

"Foi um gesto de amor ao país", diz deputado após votar orçamento

Após a votação do orçamento, alguns parlamentares se pronunciaram da tribuna, em geral para parabenizar o relator e o acordo firmado entre governo e oposição que levou à votação, dois dias após as manifestações contra o governo realizadas no domingo (15).

O senador Romero Jucá, que há três anos é escolhido pelo governo Dilma para relatar o orçamento, agradeceu a "participação e o compromisso da oposição", que "colaborou" para que o texto fosse aprovado. Alguns deputados classificaram a data como extraordinária para

a história do Congresso. "Fizemos um gesto de amor ao país", disse Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais, que, para isso, disse que os parlamentares passaram até "por cima de questões regimentais". "Hoje é uma noite memorável para o Congresso Nacional", disse Felipe Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, embora tenha criticado o contingenciamento de verbas para setores como a educação. "Quero parabenizar a todos pela grandeza do parlamento", resumiu Caio Márcio, outro deputado do PSDB de Minas. (HDF)



Campanha salarial unificada teve ato no Rio e 'vai' a Brasília em abril

Atos do dia 20 integram calendário conjunto dos federais que tenta pressionar governo; 'Não pagaremos pela crise', disseram servidores no Rio

"Não pagaremos a conta da crise". Esse foi o sentimento que dominou o segundo ato nacional da campanha salarial dos servidores públicos federais, que agregou setores dos movimentos sociais, estudantes e trabalhadores de outras áreas para defender a saúde e a educação pública, motivos centrais do protesto. A isso, porém, associou-se outra bandeira que não deixa de estar relacionada: a rejeição às medidas impostas aos trabalhadores pelo governo Dilma Rousseff (PT) sob o pretexto de combater a crise e a estagnação da economia.

A passeata realizada no Rio integra o calendário de mobilização conjunta dos servidores federais, lançado em fevereiro, em Brasília, com ato público em frente ao Ministério do Planejamento. É o início de uma mobilização que busca agregar forças para pressionar o governo a negociar e a ceder. A pauta geral de reivindicações defende a data-base, reposição das perdas comuns a todos os setores, uma política salarial permanente e paridade entre servidores ativos e aposentados.

Haverá nova manifestação na sexta-feira (20) nos estados, quando o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, deve receber as representações sindicais do funcionalismo pela primeira vez. Em São Paulo, o ato conjunto de várias

categorias do funcionalismo será em frente ao Fórum Pedro Lessa da JF, na av. Paulista, a partir das 13 horas. Será um bom momento para os servidores do Judiciário expressarem a indignação da categoria com o que ocorreu com o projeto salarial – a luta contra o congelamento continua, mesmo com a votação do orçamento (este jornal chegará a alguns locais após esta data – para ver os resultados, acesse www.sintrajud.org.br).

Sintrajud participou do ato nacional no Rio

A manifestação no Rio, se não reuniu multidões – cerca de mil servidores representando vários setores e regiões participaram –, teve o mérito de reafirmar a intenção das categorias em construir a mobilização conjunta, que está só começando. "Este ato é um passo no início de uma grande jornada de lutas que 2015 exige de nós. Será necessário reconstruir a unidade dos trabalhadores no terreno classista contra os planos de ajuste econômico, contra o corte de direitos", disse o presidente do sindicato nacional dos docentes, o Andes-SN, Paulo Rizzo.

Servidores do Judiciário Federal também participaram. O aposentado Flávio Conrado Júnior, da direção do Sintrajud-SP, disse acreditar que o ato no Rio seja apenas o início



Samuel Tosta

Servidores durante a passeata no Rio



de "um ciclo de muitas manifestações esse ano da parte dos servidores das três esferas e dos trabalhadores em geral", por conta do "descaso das autoridades", do "cipoal de corrupção" na Petrobras – continuidade de algo que vinha de governos passados, segundo ele – e das medidas que reduzem direitos.

O fato de a manifestação ainda não reunir tanta gente não preocupou. "O ato foi vibrante", disse, confiante que a campanha salarial ganhará corpo nas próximas atividades. Também integraram a delegação do Sintrajud no ato a diretora Maria Helena e o servidor José Maria da Rocha.

Debate no Conselho de Base analisa situação do país e aponta desafios para os servidores

"Trabalhadores têm que construir alternativa à falsa polarização PT x PSDB", dizem debatedores

A crise política e econômica no Brasil e no mundo foi o tema do debate transcrito durante o Conselho de Base do dia 7 de março, sábado, no sindicato. O professor Plínio de Arruda Sampaio Junior, livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp, e Sebastião Carlos, o Cacau, da direção da CSP-Conlutas, abordaram aspectos diferentes da crise – Plínio, discorreu mais sobre como se desenvolveu no mundo, Cacau, sobre a situação interna do país. As duas análises, porém, convergiram para a urgência de buscar uma alternativa dos trabalhadores à polarização entre governo e oposição de direita, entre o PT e o PSDB. A conversa despertou o interesse dos servidores, que interagiram com os debatedores.

"Não podemos ficar na escolha binária: o ruim com o menos ruim", disse Plínio. "Temos que trabalhar para romper essa falsa polarização que existe como se fossem dois projetos distintos", disse Cacau, para quem não há dúvida de que o que a presidente Dil-

ma Rousseff tem feito é exatamente o que o candidato derrotado na eleição, Aécio Neves, disse que faria e o levou à derrota.

O dirigente da CSP-Conlutas disse que se alguém que tivesse entrado em coma antes da eleição, acordasse agora e visse nomes como Joaquim Levy e Kátia Abreu ocupando ministérios acreditaria que fora o Aécio quem venceu o pleito. Para ele, "a crise política está sendo alimentada pela crise econômica" e o ciclo de manter a base de apoio popular por meio do consumo se esgotou. É preciso, disse, construir uma alternativa "às ilusões do PT e da direita". Para isso, sustentou, é preciso ousar. "Conservadorismo na ação sindical vai levar a que o sindicato vire pó", alertou.

O professor da Unicamp, por sua vez, disse que todas as crises do capitalismo são solucionadas, dentro da ordem, com uma mesma fórmula: o aumento da exploração do trabalho. "Qual é a palavra de ordem no Brasil? Crise. Qual a solução: ataque aos trabalhadores", disse. Plí-



Jesus Carlos

nio destacou que o capitalismo vive uma crise decorrente da total incapacidade dos estados controlarem minimamente o capital. Observou que mundialmente o remédio que está sendo aplicado vem dos Estados Unidos e é combater a crise "do neoliberalismo com mais neoliberalismo". Para ele, porém, falta à esquerda "instrumento para galvanizar a insatisfação" popular. "Precisamos de uma leitura da realidade e uma prática coerente com a leitura", disse. (HDF)

Julgamento dos quintos no STF

O Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento da ação dos quintos na sessão da quarta-feira (18), mas ele foi sobrestado até o dia seguinte, quinta-feira (19), por deliberação do Pleno. Isso ocorreu porque não haveria tempo hábil para o ministro Gilmar Mendes, relator, apresentar o seu voto.

O advogado Sepúlveda Pertence, ex-presidente do STF, fez a defesa oral dos servidores. Representantes sindicais da categoria acompanharam a sessão. O recurso que está em julgamento, movido pela Advocacia-Geral da União, contesta a incorporação dos quintos referentes ao período de abril de 1998 a setembro de 2001. A eventual decisão terá repercussão geral sobre todas as ações referentes à matéria envolvendo servidores públicos federais. Acompanhe o resultado do julgamento no site do sindicato (www.sintrajud.org.br).

CAMPANHA SALARIAL

Luta pela jornada de 6h é de todos tribunais, reafirma assembleia

Servidores também definiram pela participação nas mobilizações conjuntas do funcionalismo federal e pela realização de um ato pela pauta específica do Judiciário e MPU

Assembleia geral dos servidores do Judiciário Federal, realizada no dia 7 de março, na sede do sindicato, lamentou a decisão do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, acerca da jornada de trabalho, e definiu a luta pelas seis horas diárias sem redução salarial como parte das prioridades em todos os tribunais da campanha salarial que se inicia.

A assembleia também reafirmou a participação nas manifestações da campanha unificada dos servidores públicos federais – que promovem atos em Brasília de 7 a 9 de abril. Também haverá protestos no dia 20 de março – data em que o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, receberá representantes das entidades sindicais nacionais do funcionalismo. É a primeira reunião de negociação desde o início da campanha (esta edição chegará a alguns locais após essa data – pare saber o resultado da negociação, acesse www.sintrajud.org.br).

A luta pela redução da jornada é parte da campanha salarial do funcionalismo e uma bandeira histórica levantada pelos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União, por meio de suas entidades sindicais. A assembleia geral também aprovou indicar à categoria nacionalmente, por meio da federação, a realização de um ato do setor, com possível paralisação, com o objetivo de expressar a indignação com o arrocho e a discriminação salarial e defender recursos para os projetos salariais. A data será definida em conjunto com a federação nacional.

PL 7920

Durante a assembleia, o dirigente do sindicato Antonio Melquíades relatou como está a situação da tramitação dos projetos salariais do setor. Ele disse que a escolha do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) para relatar o PL 7920/2014 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara



Jesus Carlos

07.03.15 - Assembleia geral no auditório do Sintrajud

ocorreu em meio à pressão de dirigentes sindicais. O relator promete divulgar o parecer na segunda e votá-lo na quarta-feira (25). Os servidores vão pressionar para isso. A eventual aprovação o levará ao Senado, mas ainda esbarrará na falta de previsão no orçamento aprovado para 2015 e o possível veto de Dilma,

obstáculos a serem superados.

Ao longo da assembleia, os servidores avaliaram que é preciso seguir pressionando os parlamentares, o governo e o Supremo Tribunal Federal mas sem alimentar ilusões e consciente das dificuldades e de que qualquer reajuste só será possível com um enfrentamento forte contra o governo.

Servidores do TRT aprovam moção de repúdio à decisão do Pleno sobre jornada

Assembleia também aprovou moção de apoio à posição da presidente do tribunal no caso

Os servidores do TRT de São Paulo, reunidos em assembleia na Barra Funda, aprovaram moção de repúdio aos desembargadores do Pleno do tribunal pelo modo como revogaram a portaria da presidente do órgão, Sílvia Devonald, que reduzia a jornada de trabalho em decorrência da crise hídrica.

Os servidores também decidiram levar moção de apoio ao modo como a presidente do tribunal tratou a questão. Os argumentos usados pelos desembargadores para justificar a revogação da medida deixaram muitos servidores indignados.

Dirigentes do sindicato foram recebidos pela presidente Sílvia Devonald poucos dias após a assembleia. Eles levaram a decisão e reafirmaram a luta da categoria pela jornada de seis horas. A desembargadora disse que não pretende editar nova portaria, a não ser que o governo decreto rodízio ou

racionamento. Questionada pelos servidores, disse que, em caso de eventual falta d'água, mandará fechar a unidade até que a situação seja normalizada. Os servidores observaram que essa situação piora as condições de trabalho, mas ela alegou nada pode fazer diante da decisão do Pleno.

Os representantes sindicais abordaram ainda outros pontos, como o concurso nacional de remoção. A presidente disse que está estudando o caso, é favorável, mas ainda não recebeu ofício do CSTJ a respeito. Participaram da reunião os diretores do Sintrajud Inês de Castro, Ênio Mathias, Lenyra Sardinha e Salomão Ferreira, acompanhados do advogado César Lignelli.

*Veja os demais pontos tratados na reunião em www.sintrajud.org.br

Rosa Weber nega liminar e diz que Congresso respeitou Judiciário

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, negou liminar no mandado de segurança impetrado pelo sindicato de Brasília (Sindjus-DF) contra o Congresso Nacional por não respeitar a autonomia orçamentária do Poder Judiciário. Na decisão, a ministra diz que o Legislativo cumpriu a liminar dela própria que mandava a Comissão Mista de Orçamento analisar as propostas orçamentárias originais do Judiciário e do MPU.

A decisão tardia foi divulgada na terça-feira (17) pelo portal do tribunal na internet. No mesmo dia, os parlamentares votaram o orçamento da União para 2015 com previsão de recursos apenas para os aumentos nos subsídios dos magistrados, procuradores, ministros, presidente e vice da República e os próprios parlamentares, cujos projetos foram aprovados em dezembro do ano passado, já sob a liminar da ministra.

Ao analisar preliminarmente a ação do Sindjus-DF, Rosa Weber avaliou que não haveria descumprimento da medida cautelar anterior porque a decisão não obrigava o Congresso a acatar, mas a apenas analisar a peça orçamentária e aprová-la ou não. De certa forma, nesse raciocínio desenvolvido pela ministra, a confirmação por parte dos parlamentares da previsão de aumento para juízes e procuradores ajudou a 'comprovar' que a decisão do STF foi cumprida. A negativa de Rosa Weber irritou servidores que acompanhavam a votação do orçamento no Congresso. A divulgação com destaque pelo site do STF, justamente no dia da apreciação do projeto, foi ainda uma coincidência que desagradou. Por outro lado, servidores também lamentaram a repetição de atitudes isoladas do Sindjus-DF que acabam envolvendo e até prejudicando toda a categoria.

VITÓRIA NA ELEITORAL

Câmara aprova isonomia para chefes de cartórios eleitorais

A Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que institui funções comissionadas iguais para chefes de cartórios eleitorais da capital e do interior. A votação do PL 7027/2013 ocorreu na sessão extraordinária ocorrida na quarta-feira (11).

O servidor Antonio Melquíades, o Melqui, diretor do Sintrajud-SP, acompanhou a votação em Brasília. O projeto é terminativo nas comissões – não precisa passar pelo Plenário – e vai agora para o Senado Federal.

A decisão é uma vitória de uma luta histórica dos servidores da Justiça Eleitoral. Na terça-feira (10), o dirigente do Sintrajud já havia participado de conversa com o

presidente da comissão, Arthur Lira (PP-AL), na qual solicitou agilidade no trâmite da proposta e foi informado que a votação deveria ocorrer nesta quarta. O projeto, de autoria do Tribunal Superior Eleitoral, estava pautado como prioridade na sessão.

Dirigentes da federação nacional (Fenajufe) e dos sindicatos devem acompanhar agora a tramitação da matéria no Senado. O PL 7027 é resultado de uma luta dos servidores encaminhada pelas entidades sindicais. O projeto fixa a FC-6, por meio de transformação, para chefes de cartório, sejam da capital ou do interior, cria FC-1 para assistente de cartório eleitoral e novos cargos para as zonas eleitorais formadas após a Lei 10.842/2004.

O 8 de Março e a luta das mulheres: um século de conquistas e muitos desafios pela frente

Texto do Instituto Latinoamericano de Estudos Socioeconômicos discorre as conquistas e mudanças na vida das mulheres ao longo dos mais de cem anos do surgimento do Dia Internacional de Luta das Mulheres

Érika Andreassy e Paula Farias, colaboradoras do Ilaese Instituto Latinoamericano de Estudos Socioeconômicos

Desde o surgimento do Dia Internacional de Luta das Mulheres, mais de um século se passou. Nesse período, houve muitos avanços e o 8 de março é também o momento de lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas que ao longo do tempo as mulheres obtiveram. No Brasil, a maior conquista veio com a Constituição de 1988, quando pela primeira vez na história do país a igualdade de gênero foi consagrada como direito fundamental. Mas assim como muitas das desigualdades foram superadas, ainda temos muitos desafios pela frente. Nesse segundo texto sobre o Dia Internacional das Mulheres, queremos relembrar alguns desses importantes avanços e refletir sobre o motivo de ainda precisarmos seguir lutando.

Um século de conquistas

A história da luta das mulheres não se separa da história da luta da classe trabalhadora. Não por outro motivo, as primeiras lutas das mulheres foram justamente por melhores condições de trabalho. Mas ao mesmo tempo em que reivindicavam a redução da jornada, melhores salários e tratamento digno no local de trabalho, foram percebendo que isso não bastava e que era necessário lutar também pela igualdade social entre homens e mulheres.

No Brasil, as primeiras

reivindicações das mulheres também se deram em torno das lutas por direitos trabalhistas, foi assim que surgiu, por exemplo a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. A primeira conquista trabalhista específica aconteceu no estado de São Paulo, em 1917. Ficou proibido o trabalho de mulheres no último mês de gestação e no primeiro mês pós-parto. Em esfera federal, apenas em 1923 foi conferida a licença-maternidade de trinta dias antes e trinta após o parto. Esse mesmo decreto garantia às operárias acesso a intervalos para amamentação (embora sem estabelecer duração) e também estabelecia a criação de creches ou salas de amamentação próximas às fábricas. Previna também o estabelecimento de um “caixa” para auxiliar as mães pobres.

“Influenciadas diretamente pelos movimentos dos Estados Unidos e Europa, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932”

Nesse mesmo período, ganhou força também o movimento sufragista, lideradas por Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto das mulheres. Influenciadas diretamente pelos movimentos dos Estados Unidos e Europa as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932 quando foi promulgado o

novo Código Eleitoral Brasileiro.

Na década de 1960, a luta das mulheres por reivindicações ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos encontrou-se com outras importantes reivindicações, como a defesa do ensino pelos estudantes (França, 1968); negros e negras contra o racismo e por direitos civis (EUA); grandes mobilizações contra a guerra do Vietnã (EUA) e a luta contra a ditadura em vários países, especialmente, da América Latina (Brasil, Chile, Argentina etc.). Nesse período as mulheres garantiram conquistas importantes como direito ao divórcio (Itália) e o direito ao aborto (França, Inglaterra, EUA). Em meio às lutas pelas reformas de base no Brasil, uma importante conquista para as mulheres, em 1962 foi sancionado o Estatuto da Mulher Casada, que garantiu entre outras coisas, que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar, receber herança e em caso de separação ela poderia requerer a guarda dos filhos.

No final da década de 1970 inicia-se uma nova onda de lutas das mulheres, sobretudo na América Latina e que atingiu principalmente as trabalhadoras. Foi o período de maior organização das mulheres nos sindicatos e centrais sindicais, surgiram lideranças femininas e suas lutas combinavam as reivindicações da classe trabalhadora com suas exigências específicas. Apesar de hoje a participação das mulheres nas organizações sindicais serem minoritária e insuficiente, foi durante os anos 1970-1980 que essa deu um salto. Dessa participação é que surge os departamentos (ou secretarias) de mulheres; nos sindicatos. Congressos e encontros de mulheres são organizados. Fruto das discussões sobre a violência contra a mulher, em 1980 é recomendada a criação de centros de autodefesa para coibir a violência doméstica, surge o lema Quem ama não mata. Nessa época surgem também os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina em MG e SP, com o objetivo de traçar políticas públicas para as mulheres, e a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher na

cidade de São Paulo em 1983. Em resposta à forte mobilização dos movimentos feministas, o Ministério da Saúde cria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, baseando sua assistência nos princípios da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher. Ainda neste ano, a Câmara dos Deputados aprova a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, precursora da SPM. Nesse marco é que no final da década de 1980 ocorre um momento destacado na defesa dos direitos das mulheres: a Constituinte e a elaboração da Constituição de 1988. Pela primeira vez na história do país, consagra-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental, nos termos



08.03.15 - Sintrajud participa do Dia Internacional da Mulher

reivindicações do movimento de mulheres: a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5º, I) e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5º); b) o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 3º, regulamentado pelas Leis nº 8.971/94 e nº 9.278/96); c) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (art. 7º, XXX/Lei 9.029/95, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência

“Em meio às lutas pelas reformas de base, em 1962 foi sancionado o Estatuto da Mulher Casada: a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar”

do art. 5º, inciso I do texto.

O lobby do batom

A luta das mulheres pela inclusão na nova constituição de cláusulas de proteção aos direitos da mulheres, sobretudo aos relativos à maternidade, ficou conhecida como lobby do batom e foi plasmada na Carta das Brasileiras aos Constituintes, que contemplava as principais

tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, nos termos da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, bem como adotada a Lei “Maria da Penha” – Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006, para a prevenção e o combate da violência contra a mulher).

Além desses avanços, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Adicione-se, também, a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que ineditamente dispõe sobre o crime de assédio sexual. Importante destacar a conquista que representou a Lei Maria da Penha que é considerada hoje umas das três melhores legislações do mundo relativas à violência

doméstica e, há poucos dias, a Lei que trata do feminicídio e torna crime hediondo o assassinato de mulheres por questões de gênero.

“Com a Constituição de 1988, pela primeira vez na história do país, consagra-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental”

Nossa luta está longe de acabar

Apesar de todos esses importantes avanços, nossa luta ainda está muito longe de terminar, a plena igualdade entre homens e mulheres ainda é um sonho a ser conquistado e depende da nossa organização e de sermos firmes contra o machismo e discriminação. Muitas das leis que garantem a igualdade jurídica entre homens e mulheres não são respeitadas e muitas outras precisam ser regulamentadas



O combate à violência e a luta pela manutenção de direitos foram debatidos na atividade organizada pelo sindicato para comemorar o Dia Internacional das Mulheres. O debate ocorreu no auditório do Sintrajud, no sábado (7), entre a realização do Conselho de Base e a assembleia geral.

Participaram como debatedoras Jane Barros (Liberdade, Socialismo e Revolução), Rita de Cássia (diretora do Sinsprev-SP), Sílvia Andrea Ferraro (Movimento Mulheres em Luta) e Eliana Ferreira (assessora jurídica do Sintrajud/SP). Servidores do Judiciário e dirigentes do Sintrajud

participaram, no domingo (8), de manifestação na av. Paulista, na qual se reivindicou, dentre outras demandas, mais recursos públicos para uma política eficaz de combate à violência contra as mulheres. Manifestantes defenderam a destinação de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) para isso.

*Na próxima edição, a cobertura do debate sobre o Dia das Mulheres



HOMENAGEM

Sindicato faz homenagem póstuma a Dorival Franco



O servidor e ativista do sindicato Dorival Franco, morto em 4 de março, foi homenageado por colegas de luta na abertura do Conselho de Base do Sintrajud, no sábado (7).

Coube a Adilson Rodrigues, servidor da Justiça Federal de Santos e coordenador da federação nacional (Fenajufe), apresentar a homenagem ao amigo. "Era um militante presente nas nossas lutas e articulador da nossa organização", disse, lembrando uma forte característica dele na militância: investir na comunicação usando as novas tecnologias. "O principal grupo de debate da categoria, o 'PCS Já', foi iniciativa do Dorival", disse.

O servidor faleceu em decorrência de um acidente numa cachoeira na Baixada Santista, área de uma aldeia guarany onde havia sido batizado e recebido o nome indígena Djepkpé, que significa 'guardião das montanhas'. "Foi nas montanhas sagradas dos guaranys que ele ficou", disse Adilson.

A perda foi lamentada pelos servidores. Quase todos mencionavam sua paixão pela informação. "Ele era muito interessado na comunicação do sindicato. Isso para ele era um ponto vital", disse Lynira Sardinha, dirigente do Sintrajud. "É uma perda para categoria".

Ênio Mathias, também da Baixada Santista, lembra que Dorival tinha uma atuação firme e não fugia de uma polêmica. "Mas sempre acatava as resoluções [coletivas] da categoria", recorda. Para Maurício Rezzani, do TRE, é preciso dar continuidade ao desejo que ele tinha de que "a informação, as ferramentas da informática, fossem utilizadas de uma forma melhor" para as lutas dos trabalhadores.

Cleber Aguiar, do TRF, lembrou outra faceta de Dori, como era conhecido: vegano, respeitava muito a natureza, assim como respeitava as lutas da categoria. "O exemplo dele permanece vivo nas mentes e corações das pessoas que conviveram com ele", disse.

SERVIDORES E O 'AJUSTE FISCAL'

Resposta do 'Paraná' vira referência para enfrentar ataques a direitos

Luta dos servidores obrigou deputados a ir de 'camburão' à Assembleia Legislativa e travou medidas do governador Beto Richa, do PSDB, semelhantes às que Dilma, do PT, quer aprovar a esfera federal

A cena certamente entrará para a história das lutas sindicais do país. A multidão cerca a Assembleia Legislativa do Paraná. Está decidida a impedir que os deputados aprovelem o projeto do governador Beto Richa, do PSDB, que atinge a carreira do funcionalismo estadual, engole R\$ 8 bilhões de uma reserva técnica da Previdência dos servidores, aponta para a redução de futuras aposentadorias e ataca a carreira do funcionalismo.

Acuados, os deputados buscam refúgio num carro da Polícia Militar, rapidamente chamado de 'camburão' pelos manifestantes. Apela a esse transporte inusitado para tentar chegar ao parlamento – acabariam no restaurante da casa, onde iniciariam a sessão, mas, receosos da reação popular, não votariam a proposta. O secretário de segurança Fernando Francischini tenta entrar no carro da Tropa de Choque da PM para acompanhar os deputados, porém, desesperado diante de um único manifestante que o persegue, os demais apenas observam, corre em busca de refúgio. Eleito deputado federal em 2012 sob o bordão "Coragem tem nome e sobrenome", Francischini foi nomeado secretário pelo governador em dezembro último. A cena gravada em vídeo está na internet. "Ele corria como um rato acuado num quintal aberto", relata o servidor Ivo Queiroz, presidente do sindicato dos docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que prestou solidariedade aos servidores estaduais.

'Reação espetacular'

O governador Beto Richa foi reeleito em primeiro turno, na eleição de outubro, com o dobro dos votos do segundo colocado, amparado



Deputados do PR precisaram de proteção policial para entrar na Assembleia Legislativa

por uma coligação de 17 partidos. Em menos de cem dias do segundo mandato, porém, o quadro político no estado parece ter mudado rapidamente. A greve e a mobilização ganharam apoio popular. "Existe um imaginário antigreve pesadíssimo no Paraná", assinala Ivo. "Foi uma reação espetacular", observa sobre o que fizeram os servidores diante dos ataques sofridos, semelhantes, aliás, ao pacote de medidas lançado pela presidente Dilma Rousseff (PT) na esfera federal – que também atacam a Previdência, direitos trabalhistas e cortam recursos da educação, saúde e outras áreas sociais.

A reação espetacular dos servidores paranaenses ganhou referência nacional. Não há manifestação do funcionalismo hoje em que não seja mencionada. A greve começou no dia 9 de fevereiro, tendo os servidores da educação na vanguarda. No dia seguinte, já reunia multidões e ocupava o plenário da Assembleia Legislativa, onde os deputados decidiram que as mensagens do governador seriam votadas em rito sumário, sem passar por comissões.

Os servidores voltariam a ocupar a Assembleia no dia 12, quando ocor-

reram as cenas descritas no início deste texto e que forjaram uma anedota: a de que os deputados já deveriam estar há bem mais tempo dentro do 'camburão' que usaram para ir à Assembleia. Poucos dias depois, uma passeata levou mais de 30 mil às ruas de uma cidade cuja população é quase quatro vezes menor que a do Rio. No dia 4 de março, 20 mil trabalhadores da educação básica foram ao estádio Durival Britto e Silva, do Paraná Atlético Clube, e mantiveram a greve nas escolas estaduais, só encerrada cinco dias depois.

A luta dos servidores paranaenses tende a prosseguir. O governo estadual recuou, mas não desistiu dos projetos. Pressionada, a Assembleia Legislativa desistiu da intenção de votar as propostas sem que elas sequer passassem pelas comissões regulares. Nada está decidido. Mas nada se parece com o que havia antes das mobilizações. "Ele [Beto Richa] tem o controle do Legislativo, mas de repente apareceu um legislador extraordinário que foi aquela montoeira de gente entrando no prédio da Assembleia", diz Ivo. 'Legisladores' que mudaram os rumos dessa história.

Ataque a aposentadoria 'une' Dilma (PT) e Beto Richa (PSDB)

Para o público em geral, governos tucanos e petistas se apresentam como inimigos, grandes rivais e detentores de programas políticos divergentes. Na vida real, porém, há muita coisa em comum entre os 'ajustes fiscais' aplicados pelo governo do PSDB no Paraná e pela presidente Dilma Rousseff, do PT, em escala nacional.

A principal delas talvez seja a tentativa de fazer superávit primário em cima do corte de direitos previdenciários. Enquanto a Medida Provisória

665/2014, editada pela presidente Dilma, reduz as pensões por morte, o projeto de Richa investe contra a ParanaPrevidência, que reúne os fundos de pensão dos servidores paranaenses.

O modelo atual foi criado em 1998, no bojo da reforma da Previdência de Fernando Henrique (PSDB), sob oposição dos servidores, e já não prevê a aposentadoria integral – o valor é resultado da média de 80% dos maiores salários desde 1994. Mas a mudança que o governador

tenta emplacar reduz mais o benefício: cria um fundo de previdência complementar e institui o teto do Regime Geral da Previdência, hoje em R\$ 4.663,75, para as aposentadorias. Para receber um valor maior, o servidor teria que contribuir em separado para o novo fundo. Fora isso, o governo ainda meteria a mão em R\$ 8 bilhões da reserva do ParanaPrevidência. Propostas que perderam força com a greve, mas ainda ameaçam os servidores paranaenses.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Jorge Henrique Jacyntho Aristóteles, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Romeu Egydio Natal Meirelles, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajud Santos3@gmail.com

Jornalista: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares

